

Momento oportuno

O setor brasileiro de café precisa definir seus objetivos e efetivar as medidas capazes de realizá-los

FRANCISCO OURIQUE

A orientação programática definida pelo novo presidente do Brasil deverá enfocar novos objetivos e métodos que passem pelo estímulo a setores de elevada densidade na relação trabalho/produto, bem como segmentos geradores de receita cambial e fiscal – o que significa garantir ingressos líquidos fundamentais para criar capacidade de investimento e neutralizar restrições externas às políticas de crescimento.

O café se destaca entre os diversos setores da economia nacional que podem contribuir para o novo foco do desenvolvimento. Produzido em vários estados, tem importância significativa para as economias estaduais e municipais de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rondônia, onde é motor do desenvolvimento de muitos municípios e já foi fonte tributária de importância capital, até a isenção da incidência do ICMS sobre sua exportação, perda tributária compensada com os repasses previstos na Lei Kandir.

Na maioria das regiões, os tratos culturais nas unidades de produção e o processo de colheita são rotinas de elevada intensidade de mão-de-obra, cujos padrões podem ser modernizados e requerem melhoria das condições de renda e trabalho, ampliando a produtividade sem perda de competitividade. A restrição mais significativa à melhoria das condições de renda e trabalho é a volatilidade da renda rural, que passa por períodos de euforia seguidos de crise, pêndulo definido por políticas setoriais mal desenvolvidas e de implementação em geral ineficiente.

Na área da renda setorial, nos últimos três anos se registrou uma desnecessária perda de receita. Os preços internacionais chegaram a níveis expressivamente depreciados, causando perplexidade até mesmo a importadores e industriais, que absorveram parcela significativa da queda da receita rural em lucros anormais.

Em geral, os ciclos de produção acima da demanda agregada de café no mundo não duram mais de três anos. No desfecho de cada ciclo temos uma repetida história de queda na produção mundial, e a perda brasileira em geral é mais substancial do que a de outros países, nos quais o café é ainda segmento econômico de importância capital, e elevados estoques em mãos do mercado mundial.

Com o ingresso das produções em ciclo de crise, os estoques em mãos do mercado mundial acabam por absorver o lucro do ajuste, enquanto a renda rural sofre restrições globais em função de a relação preço/nível de produção estar sob forte restrição.

Por outro lado, o café sofre com o problema do desencontro da sazonalidade entre oferta e demanda de produtos agrícolas não-perecíveis. Enquanto o Brasil, como o resto do mundo produtor, colhe sua produção em três a quatro meses, a demanda é dispersa, e só altera seu comportamento diante de graves crises de abastecimento.

Resposta complexa

Se os parâmetros de funcionamento da economia cafeeira nacional e internacional são tão transparentes e sua operacionalidade tão evidente, por que não há políticas públicas consistentes e duradouras?

A resposta a essa questão passa por um razoável universo de complexidades, a mais importante das quais é a baixa consistência e perseverança da gestão pública do setor. Em segundo lugar vem o complexo comportamento das representações do setor privado, que participam do processo decisório governamental desde 1996 com a criação do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Há cerca de quatro meses, quando os preços do café estavam depreciados em níveis históricos e o Brasil ainda processava sua maior colheita, tivemos a satisfação de colaborar com a elaboração de um plano econômico de emergência para a cafeicultura nacional, fruto da ação

de lideranças rurais e de cujo processo o CPDC, infelizmente, não participou.

Mesmo com o Fundo Nacional de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) em baixa liquidez financeira, foi possível alicerçar um programa de ordenamento e valorização para a comercialização da safra de 2002/03 apoiado em diversos instrumentos, do usual crédito de carrego de café aos produtores e suas cooperativas, à postergação do vencimento de financiamentos anteriores e ao lançamento de opções de venda. O que mais surpreendeu o mercado na ocasião não foi o pacote de medidas, mas o anúncio de que o programa era para os próximos três anos. O discurso brasileiro informava ao mercado que iria administrar sua economia cafeeira pelo período do ciclo de ajuste da produção mundial. Infelizmente, essas medidas e o programa elaborado não tiveram continuidade, e esperamos que o novo governo se dedique à questão.

Por que então o mercado está conseguindo sustentar uma recuperação de preços de 50% em moeda internacional e 100% em moeda nacional? Sem dúvida, parte dessa recuperação se deve às medidas brasileiras e à decisão dos investidores internacionais de aplicar em ativos agrícolas de preços depreciados, entre eles o café. Contudo, devemos prestar redobrada atenção às mudanças ocorridas nos últimos anos com a utilização de cafés robusta em detrimento do arábica. A ampliação de 20% para 40% na participação de cafés robusta em *blends* internacionais expôs sobremaneira o mercado a qualquer restrição de produção dessa variedade. É o que está ocorrendo no curto prazo. Mas os preços internacionais poderão voltar a repercutir os chamados fundamentos gerais, que ainda são de oferta acima da demanda de café.

Nova queda nas cotações internacionais?

Se o Brasil e os demais países produtores não souberem entender e arranjar seu quadro institucional de gestão, crédito, foco e meta, há alta probabilidade de passarmos por nova pressão de baixa sobre as cotações internacionais do produto.

O Brasil está repassando cerca de US$700 milhões ao ano para outros agentes da cadeia do mercado pela simples falta de uma política bem desenhada, capaz de alinhar sua produção de três anos com uma meta de exportação adequada aos objetivos nacionais. O café que oferecemos a mais ao mercado mundial será o que vai faltar ao Brasil, para participar do mercado quando em regime de maior rentabilidade e preços mais atrativos. O setor público brasileiro precisa reaprender que estocar alimentos e produtos de exportação não-perecíveis é ação de política mínima.

O setor produtor demanda, politicamente, um planejamento estratégico mínimo para alcançar, de modo mais próximo do consensual, instrumentos capazes de recapitalizar o fundo e formas adequadas e estáveis de gerenciamento da oferta.

O setor cafeeiro brasileiro está profundamente enraizado na economia nacional. Mas não concretiza o esperado desenvolvimento da cadeia econômica para novos elos, particularmente para a fase de café torrado e moído.

Por que o Brasil não está participando do principal segmento mundial da cadeia cafeeira, cuja renda global é da ordem de US$50 bilhões? Uma das razões é a falta de equacionamento da funcionalidade da área agrícola do setor. Nos últimos anos, as medidas e demandas setoriais absorveram os recursos e a capacidade criativa dos gestores de política rural.

Sem funcionalidade adequada no setor produtor, que garanta ao Brasil o que comercializar, não há condições de se esboçarem passos mais atrevidos nas outras áreas da atividade. O setor empresarial nacional na área de café processado tem porte para abastecer o mercado doméstico e vem focando a exportação do produto industrializado em pequena escala, em conformidade com seu porte.

Por outro lado, estamos diante de fortes restrições quanto à capacidade do Orçamento da União de atender a demandas setoriais de elevada amplitude. Será que o café precisa do aporte de um grau expressivo de recursos do Orçamento ou o setor tem condições de buscar financiamento em outros setores e de outras formas?

Certamente, desde 1986 o Funcafé vem suprindo o setor rural com parcela expressiva de sua demanda de crédito. Esse sistema não poderá se repetir nos próximos três anos, pois a capacidade de investimento do fundo está comprometida com linhas de crédito alocadas ao setor rural com remissões previstas para daqui a dois anos.

A recapitalização do Funcafé está na ordem do dia. Evidentemente o setor produtor demanda, politicamente, um planejamento estratégico mínimo para alcançar, de modo mais próximo do consensual, instrumentos capazes de recapitalizar o fundo e, principalmente, formas adequadas e estáveis de gerenciamento da oferta anual. Enquanto o debate da recapitalização do fundo ainda está em seu princípio, devemos lembrar que internacionalmente se acredita que parcela da renda mundial nos últimos anos não foi repassada ao consumidor, mas foi apropriada como lucro anormal pelo segmento industrial. Essa realidade não pode ser politizada. Não cabe ao industrial abrir linhas compensatórias aos países produtores, mas sim à cadeia cafeeira brasileira empreender instrumentos e ações de captação de maior parcela do produto econômico da atividade.

A execução de um planejamento estratégico mínimo com metas, instrumentos e meios compatíveis de médio prazo é um desafio. Será necessário que o novo governo coloque em funcionamento na prática o CDPC, atual ou reformado. O importante é que o setor cafeeiro brasileiro defina seus objetivos e a execução de políticas seja objeto de gestão prioritária. Nesse processo, as demandas setoriais devem ser compatíveis com os objetivos nacionais e as oportunidades oferecidas pelo mercado internacional.

Francisco Ourique *é economista.*
ourique@attglobal.net